



***Boletim GeoÁfrica***  
**Volume 2, Número 8, 2023**

**EDITORIAL. RISCOS E VULNERABILIDADES NA ÁFRICA  
SUBSAARIANA**



*Por Frédéric Monié*

1

Frédéric Monié  
Departamento de Geografia e Programa de  
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Coordenador GeoÁfrica  
orcid.org/0000-0002-8738-3301  
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar  
MONIÉ, Frédéric. Editorial. Riscos e  
vulnerabilidades na África  
subsaariana. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n.  
8, p.1-8, out-dez. 2023



## EDITORIAL. RISCOS E VULNERABILIDADES NA ÁFRICA SUBSAARIANA

2

O dossiê temático do oitavo número do *Boletim GeoÁfrica*, organizado por Frédéric Monié e Nelson Cortes Pacheco Junior, é dedicado à problemática dos riscos e das vulnerabilidades na África subsaariana. Essa temática foi historicamente debatida em diversos campos científicos e intelectuais. Mas, foi a partir da década de 1990 que assistimos a uma multiplicação das pesquisas, estudos e publicações sobre a questão do risco, mais especificamente nos países mais desenvolvidos onde a vulnerabilidade das sociedades tende, paradoxalmente, a regredir significativamente. Em 1990, as Nações Unidas inauguram a Década internacional de redução dos danos provocados por catástrofes naturais. Na mesma época, o sociólogo Ulrich Beck afirma que a humanidade ingressou na “era do risco” (BECK, 1992). Desde então, desastres como o atentado contra o World Trade Center em Nova Iorque (2001), os furacões Katrina na Louisiana (2003) e Idai em Moçambique (2019), os terremotos de grande magnitude em Haiti (2010) ou no Chili (2010), os tsunamis no Japão (2011) e no Oceano Índico (2014), as grandes secas no Sahel e no Chifre da África, as ondas de calor extremas (França, Estados Unidos, Índia, Paquistão etc.), as crises financeiras (2008 etc.), as epidemias localizadas ou pandemias globais, os conflitos armados etc., ilustram a natureza cada vez diversa do risco e sua globalização. Não há fronteiras terrestres, marítimas, atmosféricas, humanas ou ideológicas que possam aniquilar os riscos que afetam os seres vivos, os objetos e o Planeta (PERRET, BURGESS, 2022). A problemática do risco e da vulnerabilidade se torna, portanto, cada vez mais relevante nas sociedades contemporâneas, obrigando atores sociais e políticos a promover iniciativas e políticas inovadoras.

No caso específico da África subsaariana, o risco abrange, também, um amplo leque de dimensões, num contexto de elevada vulnerabilidade das sociedades diante de eventos e desastres de diversas naturezas. A literatura científica, os relatórios técnicos, as políticas governamentais privilegiam, em geral, a problemática dos efeitos das mudanças climáticas sobre as sociedades e espaços africanos. Em 2022, no seu dossiê temático consagrado à temática, o primeiro número do *Boletim GeoÁfrica* lembrava a relevância da questão, evidenciando essas vulnerabilidades num continente afetado por



“alterações dos regimes de precipitações, por ondas de calor mais frequentes e mais intensas, pela elevação das temperaturas médias e do nível do mar, pelo derretimento acelerado dos três glaciares africanos etc. Em consequência dessas dinâmicas e fenômenos, secas, crises hídricas, desastres naturais, migrações de refugiados ambientais, perdas de biodiversidade, erosão costeira, diminuição dos rendimentos agrícolas, insegurança alimentar, rivalidades para o acesso à água e às terras mais férteis, tensões intercomunitárias impactam, de maneira geograficamente desigual, as sociedades, as economias, o meio ambiente, os equilíbrios geopolíticos e os espaços de uma região do Mundo que pouco contribuiu para as emissões de gases de efeito estufa que contribuiriam para o aquecimento global” (MONIÉ, 2022) .

No futuro, os impactos dos desastres naturais devem agravar-se sob o efeito das mudanças climáticas, do ritmo acelerado do crescimento demográfico e da pressão crescente sobre o meio-ambiente e os recursos. O Sahel central (Mali, Burkina Fasso, Níger, Chade) enfrenta, neste sentido, os maiores desafios.

Mas, na “era do risco”, os fatores de danos são cada vez mais diversos e se inserem em jogos de escalas complexos conforme o ilustrou a recente pandemia de SARS-CoV-2 / COVID19 cujo processo de difusão socioespacial constituiu um desafio maior para as autoridades nacionais do continente africano. Políticas públicas adaptadas ao cenário e inovações em pesquisa/desenvolvimento permitiram, no entanto, limitar a vulnerabilidade das populações frente a este risco sanitário, ilustrando a capacidade de resposta e a resiliência de poder público e da pesquisa aplicada na área da saúde (KYOBUTUNGI; ODUBANJO; GROOME, 2022).

Como no resto do mundo, os riscos são também associados à investimentos industriais ou infraestruturais suscetíveis de impactar negativamente as sociedades e o meio ambiente. A degradação dramática dos ecossistemas do Delta do Níger (Nigeria) é, assim, fruto de um desenvolvimento historicamente pouco regulado da indústria petrolífera (BASSEY, 2015; ARIWERIOLUMA, 2009). No início do século XXI, o *boom* do extrativismo mineral durante o super ciclo das *commodities*, seja ele artesanal (ouro no Sahel e Madagascar, rubis em Moçambique etc.) (BARRY SAWADOGO, 2023) ou industrial (bauxita em Guiné Conakry; carvão em Moçambique; cobre na Zâmbia etc.), se traduziu por uma desestruturação das sociedades e dos espaços a proximidade dos sítios de extração (EUSEBIO, A. J; MAGALHÃES, S. B, 2018; FEIJÓ, J.; RAIMUNDO, I, 2017). Deslocamentos forçados, urbanização não planejada, perdas de biodiversidade, poluição atmosférica e dos solos são alguns dos impactos dos megaemprendimentos.



Na África subsaariana, o risco econômico e financeiro adquire um viés específico consequente das características da inserção historicamente subalterna na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (SARR, 2019). Provedor de recursos naturais e produtos agrícolas não, ou pouco, processados, o continente africano é particularmente vulnerável diante das oscilações do preço das *commodities*, variações que definem o ritmo do crescimento econômico de muitas economias nacionais. Quanto maior a especialização produtiva, maior a vulnerabilidade das populações e dos governos em contextos de diminuição preço das matérias primas. As sociedades enfrentam também as consequências de orientações macroeconômicas ditadas por agências internacionais (FMI, Banco Mundial) que se sobrepõem a natureza predadora dos Estados, agravando, assim, a insegurança alimentar e os riscos sanitários. Por sua parte, os investimentos diretos estrangeiros são, em parte, tributários do risco-país que as agências de notação definem a partir de critérios como as políticas econômicas, a estabilidade política e geopolítica, o estado das infraestruturas e redes técnicas etc.

4

Enfim, podemos observar em algumas regiões africanas (Sahel central; Sudão/Sudão do Sul; Kivu, norte de Moçambique etc.) a formação de sistemas de crises multidimensionais que alimentam o risco geopolítico. As mudanças climáticas intensificam, por exemplo, a degradação de ecossistemas, a desestruturação dos circuitos econômicos e comerciais, a insegurança alimentar etc. Assim, a desertificação tende a exacerbar as rivalidades para o acesso aos recursos (terra e água, em particular) (RANGEL DE MORAES, 2022). Nas regiões periféricas, onde o controle dos Estados sobre os territórios é o mais precário, as tensões geradas pelos sistemas de crises incentivam o recurso a violência, cuja radicalização faz surgir sistemas de conflitos, frequentemente transnacionais (MONIÉ, GUAMBE, 2023). Nesse cenário, as populações sobrevivem num estado de insegurança permanente ou encontram na migração, no ingresso em grupos terroristas ou milícias comunitárias meios de limitar sua vulnerabilidade diante dos conflitos armados.

### Referências

- ARIWERIOLUMA, S. **The political economy of Oil and Gas in Africa. The case of Nigeria.** London/New York: Routledge, 2009.
- BARRY SAWADOGO, E. **Entrevista. Extrativismo aurífero em Burquina Faso: características, atores e desafios da regulação do setor.** Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 7, p. 6-13, jul.-set. 2023



- BASSEY, N. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- EUSEBIO, A. J; MAGALHÃES, S. B. Grandes projetos de mineração e direitos territoriais das comunidades locais em Moçambique. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018
- FEIJÓ, J.; RAIMUNDO, I. (coord.). **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos.** Maputo: Publifix Edições, 2017.
- KYOBUTUNGI, C; ODUBANJO, D; GROOME, M. Wins, missteps and lessons: African experts reflects on twon years of COVID response. **The Conversation**. 10/03/2022.
- MONIÉ, F. Editorial. A África subsaariana frente às mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p.6-15, jan-mar. 2022
- MONIÉ, F, GUAMBE, J. África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central. IN: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo. **Geografia política: base conceitual e diversidade temática.** Calendria, Brasília, 2023. p. 368-395
- RANGEL DE MORAES, F. Mudanças climáticas, conflitualidades e sistemas de crises no Sahel (África ocidental). **Boletim GeoÁfrica**, vol.1, n. 1, p.76-90, jan-mar 2022
- PERRET, S; BURGESS, J. **Géopolitique du risque.** De la possibilité du danger à l'incertitude de la menace. Paris : Le Cavalier bleu, 2022.
- SARR, F. **Afrotopia.** São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- United Nations Economic Commission for Africa (UNECA): **Climate change impacts on Africa's economic growth.** Col. Climate, Change, N°585, Addis Ababa: UNECA, 2017  
<https://hdl.handle.net/10855/23850>



Na entrevista que abre nosso dossiê temático, intitulada *Os desafios da gestão dos territórios urbanos em situação de risco diante das mudanças climáticas*, o professor e pesquisador moçambicano Gustavo Sobrinho Dgedge coloca em evidência os desafios relacionados aos fatores de danos de origem natural (ciclones, em particular), cuja frequência e intensidade crescentes aumentam os riscos de desastres, em particular no litoral de Moçambique onde o grau de vulnerabilidade da sociedade e das infraestruturas foi exposto dramaticamente pelo ciclone Idai, em 2019. Num contexto de crescimento urbano acelerado e pouco ordenado, a ocupação de áreas inundáveis em cidades como Maputo, Beira, Xai-Xai ou Inhanbane põe em situação de vulnerabilidade amplos segmentos da população. Neste cenário, prevenção dos desastres e mitigação dos danos humanos e materiais exigem iniciativas operacionais e institucionais. Gustavo Sobrinho Dgedge ressalta, por exemplo, a relevância do tecido institucional



elaborado em escalas local e nacional pelo Estado e por ONGs, assim como o papel do meio acadêmico na produção e na difusão do conhecimento em gestão ambiental.

No artigo *A percepção do risco natural pelos municípios da Maxixe (Moçambique)*, assinado por Ernesto Wiliamo Sambo, Gustavo Sobrinho Dgedge & Mussá Abdul Remane, os autores preconizam que estratégias inovadoras de prevenção e gestão de territórios locais expostos aos efeitos das mudanças climáticas sejam formuladas considerando a percepção da população sobre um espaço vivido ameaçado por fatores de danos. Fátima Manuel Azarate & Carlos T. G. Trindade refletem, mais especificamente sobre alguns efeitos do crescimento urbano não planejado. Na sua contribuição intitulada *Impacto da ocupação desordenada em áreas urbanas inundáveis: o caso de Magoanine B, Município de Maputo*, os autores evidenciam de que maneira a escassez de alternativas para a habitação estimula a ocupação espontânea de áreas inundáveis por cidadãos de baixa renda. Como em outras metrópoles africanas, a erosão pluvial aumenta o risco de desastres em bairros da capital moçambicana ocupados pelos segmentos mais modestas da população. O estudo de caso proposto por Jorge Fastudo Alfredo Tsinine & Leila Maute em *Análise da degradação ambiental por erosão pluvial dos solos: o caso do distrito municipal de Ka-mavota, Cidade de Maputo* expõe, por sua parte, como a combinação de determinadas características geomorfológicas e do uso desordenado do solo aumenta os níveis de vulnerabilidade da população local. Diante deste quadro, Leonardo Alfiado Magombe analisa estratégias e instrumentos suscetíveis de mitigar os impactos dos fenômenos climáticos num território maputense em plena mutação. O texto *Ecossistemas naturais: componentes das infraestruturas verde para o planejamento urbano resiliente às mudanças climáticas. Caso de estudo do município de Maputo* apresenta efeitos da expansão da mancha urbana de Maputo sobre os ecossistemas naturais da cidade e discute os benefícios de infraestruturas verdes para inovar em termos de planejamento do território urbano e adaptação da cidade aos eventos climáticos.

Mas, conforme ressaltado anteriormente, a problemática dos riscos e das vulnerabilidades não se limita aos efeitos dos desastres naturais. Tomás de Azevedo Júlio destaca que os estudos sobre a vulnerabilidade socioecológica carecem de abordagens sistêmicas. O autor propõe o recurso à variáveis econômicas, sociais, territoriais e institucionais para estabelecer sistemas de causalidades entre *stressores* climáticos e não climáticos na geração da vulnerabilidade socioecológica na África Subsaariana. O estudo *Elementos potenciadores da vulnerabilidade socioecológica: uma análise a partir de fatores multi stressores centrados na região de África*



*subsaariana* evidencia, assim, de que forma o conjunto destes *stressores* limita a capacidade de reação dos governos e das sociedades.

A vulnerabilidade das populações africanas diante do risco sanitário é amplamente documentada pela literatura científica e relatórios de agências internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS). No seu artigo intitulado *A territorialidade dos serviços de saúde mental na África e a vulnerabilidade aos transtornos psiquiátricos na pós-pandemia*, Rosário Martinho Sunde evidencia de que maneira governos africanos enfrentaram a pandemia de COVID19, privilegiando a prevenção, a luta contra a propagação do vírus, campanhas de vacinação e o tratamento das pessoas infectadas. Mas, o autor ressalta que aspectos relacionados ao bem-estar e a saúde mental das populações foram globalmente negligenciados, ao ponto que tenha sido registrado um aumento dos diagnósticos de transtornos mentais nas unidades sanitárias de muitos países. Uma malha de serviços de apoio psicossocial espacialmente mais densa torna-se, neste contexto, imprescindível para diminuir a vulnerabilidade da população diante do risco sanitário.



Na sessão *Varia* as pesquisadoras Andreia Maria dos Santos Martins & Claudete Oliveira Moreira abordam alguns dos efeitos do desenvolvimento do turismo sexual no arquipélago de Guiné-Bissau. Ao exemplo de muitos países do mundo e do continente, o setor turístico é apresentado como um vetor de desenvolvimento econômico, apesar de seus impactos às vezes negativos sobre os espaços e as sociedades. O texto *A percepção dos stakeholders sobre o turismo sexual em países menos desenvolvidos – O caso da Guiné- Bissau*, ressalta como o turismo sexual encontra na precariedade social e na pobreza de determinados territórios um ambiente propício a seu surgimento e desenvolvimento.

No artigo *Planeamento das Infraestruturas de Processamento de Produtos Agrícolas como Vector de Desenvolvimento no Distrito de Boane (Moçambique)*, o pesquisador moçambicano Horácio Facitela Maluvane propõe uma reflexão sobre a reestruturação do espaço agrário do seu recorte espacial que seria baseada em Infraestruturas Económicas de Agro-Processamento suscetíveis de facilitar a emergência de cadeias produtivas agrícolas locais e limitar as importações de produtos alimentares. Segundo o autor, o distrito de Boana, na região de Maputo, dispõe de um



conjunto de recursos territoriais que merecem ser valorizados dentro de uma estratégia integrada de desenvolvimento local e sustentável.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídas cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Convidada deste número, Angelina Rosa de Oliveira Martins professora de Ciências Biológicas na Faculdade de Ciências da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), desenvolveu sua pesquisa de Doutorado no Department of Environmental Science da Rhodes University em Grahamstown (África do sul). A tese intitulada *The current role of palm species Hyphaene coriacea and Phoenix reclinata in local livelihoods in the Zitundo area, southern Mozambique*, analisa e valoriza o potencial de duas espécies de palmeiras como recursos para a alimentação, para a construção, a medicação etc. das populações



Boa Leitura!!!